



*Agenda 150 Anos de Memória  
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao  
Ministro Sydney Sanches*

*21/10/2015*

# ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Dr. Ricardo Braga Mont Serrat (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

DISCURSO DE AGRADECIMENTO - Min. Sydney Sanches

ENCERRAMENTO - Des. José Renato Nalini (Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o ministro Sydney Sanches, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

O Judiciário paulista homenageou o ministro Sydney Sanches, em mais uma solenidade do projeto **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante**. Sanches, que ocupou a Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e foi relator do processo de *impeachment* do então presidente da República Fernando Collor de Mello, nasceu em Rincão, região de Araraquara, em 1933. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1958. Aprovado em primeiro lugar, ingressou na Magistratura em 1962, como juiz substituto na 1ª Circunscrição Judiciária, com sede em Santo André. Atuou também em São Bento do Sapucaí, Guararapes e capital, sendo promovido ao cargo de desembargador em 1980. Em 1984 foi nomeado ministro do STF, onde permaneceu, até atingir o limite de idade constitucional para a aposentadoria, no ano de 2003.

Orador em nome da Corte, o juiz **Ricardo Braga Monte Serrat** falou sobre a longa amizade que mantém com o homenageado e elogiou sua postura e atuação durante a carreira:

Peço a todas as autoridades presentes, aos parentes, amigos e admiradores do homenageado, que me permitam saudá-los na pessoa do excelentíssimo senhor desembargador José Renato Nalini, nosso ilustre Presidente, magistrado de incontáveis qualidades. Dentre suas virtudes, avulta a da bondade extrema, bem comprovada neste momento em que confere a simples juiz do interior a extraordinária honra de, no Tribunal de Justiça de São Paulo, saudar o Ministro Sydney Sanches, que, há poucos dias, recebeu do Instituto dos Magistrados do Brasil o título de Expoente Máximo da Magistratura Brasileira.

Muito obrigado, senhor Presidente.

Peço, também, a todos os presentes, que me permitam mencionar a grande emoção que sinto por retornar a este local solene, a Sala dos Retratos do Tribunal de Justiça, trinta e oito anos depois de aqui haver estado para ser submetido ao exame oral que permitiu meu ingresso na magistratura paulista.

Senhoras e senhores.

Um saudoso advogado de minha região iniciou poema em que descreve a atividade do juiz dizendo:

*O sementeiro da lei a mão espalma*

*A derramar na terra, em cada canto,*

*Aqui um sorriso, logo adiante um pranto*

*Que lhe marcam os passos e a própria alma...*

O “semeador da lei” e sua alma! Razão e emoção! Juiz e homem! Acertada a descrição dessa simbiose: por um lado, o magistrado é órgão do poder soberano do Estado, com sua grave, elevada e sublime função de dizer o Direito. Por outro, ele é o ser humano que tem de conviver com as incertezas do processo e com as consequências de suas decisões. Pois é para saudar e apresentar um raro modelo de Juiz e de homem, um sementeiro da lei e da equidade dotado de nobre alma, que hoje compareço a este templo da Justiça.

Certa vez, em viagem de turismo, visitei empresa que afirmava talhar os mais perfeitos diamantes, produzindo, com sua lapidação esmerada, verdadeiras maravilhas a partir da gema em estado bruto. O longo passeio terminava com a exibição de uma de suas melhores produções: uma pedra de grande tamanho, que inicialmente repousava em aparador de veludo negro, sob o foco de luz especial. Era um grande diamante, de incontáveis facetas, as quais, a cada movimento do observador, se alternavam na emissão de lampejos reveladores de pureza e de cores inimagináveis. Para aumentar a admiração dos presentes, o exibidor, com sua luva branca, apanhou o enorme brilhante e passou a movê-lo sob o foco de luz, mostrando-o de um lado a outro, provocando cintilações que pareciam partículas incandescentes saltando daquela peça magistralmente polida.



Recordei-me desse episódio quando, depois de convidado para fazer esta breve saudação, passei a lembrar-me dos múltiplos talentos do Ministro Sydney Sanches e do sucesso por ele alcançado em cada uma das atividades a que se dedicou.

Se o contemplarmos como estudante, veremos sempre o lampejo do melhor aluno, o primeiro da classe e da turma, do curso primário em Pitangueiras ao bacharelado em Direito na USP, às especializações, ao mestrado e ao doutorado também naquela universidade. Tivesse eu tempo e emolduraria esta narrativa contando-lhes, com detalhes, como o homenageado, no ginásio, copiava, à mão, livros inteiros que não tinha recursos para adquirir.

Se o olharmos como doutrinador, seremos deslumbrados pela produção literária do autor de obra premiada, de vários livros jurídicos publicados, de incontáveis artigos, conferências e palestras em nosso país e no exterior, assim como pela atuação do professor emérito de várias faculdades de Direito e membro de Academias Jurídicas.

Admirando-o por outra perspectiva, vê-se o Juiz dispersando intensa luz. Na carreira da magistratura ingressou também como primeiro colocado. Alcançou notoriedade ainda em primeiro grau, formando, com os juízes Kazuo Watanabe e Cornélio Vieira de Moraes Júnior, o conhecido “Trio de Ouro da Magistratura”, que se reunia no Fórum João Mendes Júnior após as audiências, para debater questões de Direito e enriquecer o grupo de magistrados que se reunia para ouvi-los. Seguiram-se os sucessos no Tribunal de Alçada Criminal, no 1º Tribunal de Alçada Civil e neste Tribunal de Justiça, ao qual honrou como Desembargador.

Ofusca o observador a luz intensa de sua atuação como líder nacional da magistratura, atuação essa iniciada como Diretor-Tesoureiro e Vice-Presidente (e presidente de fato) da Associação Paulista de Magistrados, e consumada como Presidente eleito e reeleito da Associação dos Magistrados Brasileiros, destacando-se, sempre, como paladino das prerrogativas dos juízes e do Poder Judiciário.

Depois de liderar os juízes de todo o país por meio de sua atuação associativa, passou a comandá-los ocupando os postos mais elevados do Judiciário. Brilhou o homenageado como Ministro, na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, conduzindo eleições nacionais em clima de tranquilidade pública e, acima de tudo, de certeza e confiança por parte dos eleitores e dos candidatos. Presidiu, por fim, o Supremo Tribunal Federal e nessa função coube-lhe comandar, perante o Senado, o mais importante processo de nossa história, o *impeachment* de um Presidente da República. Nesse momento único em relevância, sua independência e imparcialidade, seu profundo conhecimento jurídico, sua firmeza e serenidade absolutas, reacenderam a esperança dos brasileiros, tornando verdadeiros como nunca os versos de um magistrado desta Casa, que escreveu certa vez:

*Quando o desmando dos homens*

*o cobrir de cicatrizes,*

*pensando as dores reflita:*

*Ainda temos juízes!*

*Autoridades corruptas,*

*tantos homens infelizes...*

*Não ceda à desesperança:*

*Ainda temos juízes!*

Passando da vida pública à vida pessoal e familiar, vê-se o clarão de seu modelo de dignidade e honradez. Como Bayard, o homenageado sempre foi um guerreiro sem mácula, que com a gentil, encantadora e saudosa professora Eucides, formou jardim do qual brotaram as filhas Cristina, Luciana, Renata e Márcia e os netos Carolina, Adriana, Isabela, Matheus, Bruno, Gabriela, Lucas, Camila e Felipe.

Visto sob o enfoque do reconhecimento público, o filho do ferroviário José Sanches Martins e de dona Henriqueta Zilioli Sanches, o menino nascido em Rincão que começou a trabalhar como fiel de cartório em Pitangueiras aos 11 anos de idade, emite agora o fulgor de várias dezenas das mais importantes condecorações civis e militares de nosso país, de diversos títulos de cidadania honorária, de Doutor *Honoris Causa*, das missões de



representação de nosso país no exterior.

Nosso homenageado brilhou em tudo o que fez. Nos diamantes bem trabalhados, a cintilação intensa revela peso, cor, pureza e qualidade de lapidação. No caso de Sua Excelência, esse brilho reflete o peso de sua cultura, as cores fulgurantes de sua inteligência, a pureza de sua alma e o magnífico trabalho de lapidação e polimento que à sua vida foram aplicados por Jesus Cristo, nosso bondoso Deus.

A esta altura, obediente à limitação de tempo que me foi imposta e ciente de que, em menos de uma hora, não se faz, sequer, simples leitura das mais de cento e trinta páginas do currículo do homenageado, devo escolher, então, para encerrar, uma última faceta deste brilhante que estamos contemplando. Escolho, então, falar do homem leal, verdadeiro, simples, solidário, companheiro, acessível, sempre pronto a abrir seu coração aos que o buscam. Em síntese, o homem dotado de infinita capacidade de ser amigo!

Lembro-me, por ter assistido pela televisão, que na época do célebre processo de *impeachment*, um grupo de estudantes juntou-se diante de seu apartamento em Brasília e iniciou manifestação com o intuito de pressioná-lo a conduzir o julgamento segundo melhor lhes parecia. Fosse outro o Presidente do Supremo Tribunal Federal e, talvez, ficasse a aguardar que os manifestantes se cansassem e fossem embora. Outro, ainda, apagaria as luzes para revelar seu descontentamento. Algum haveria que chamaria a polícia para pôr fim à manifestação que objetivava influir indevidamente no processamento da causa. Porém, o chefe do Poder Judiciário Nacional era o Ministro Sydney Sanches. Em poucos minutos, desceu e estava em meio àqueles jovens e, surgido de algum lugar um violão, cantava músicas populares juntamente com o grupo de estudantes, então já transformados de manifestantes em admiradores, em amigos...

E não é que, há poucos dias, tive a oportunidade de conhecer seus amigos de infância na cidade de Pitangueiras? O coração do homenageado, senhoras e senhores, é um cofre de ouro, onde ele guarda para sempre cada amigo que conquista!

Pois, então, senhor Ministro Sydney Sanches, é sua capacidade inigualável de ser amigo e de preservar seus amigos para sempre que me leva a encerrar minha saudação lembrando que:

*Passam dias, passam anos*

*E com eles vão-se os planos*

*Da vibrátil mocidade.*

*Mas uma essência perdura,*

*Sempre excelsa, sempre pura:*

*A velha e doce amizade!*

Senhoras e Senhores, *ecce judex, ecce homo*. Eis o juiz! Eis o homem!

Muito obrigado.

Diante do grande público, no Palácio da Justiça, Sydney Sanches agradeceu as palavras do amigo e, com muito bom humor, falou sobre a importância de ser lembrado pela carreira que trilhou:

Agradecimento ao Tribunal de Justiça pela iniciativa.

E ao Dr. Ricardo Braga Monte Serrat, por haver aceito o convite para falar, autorizado pelo Presidente do Tribunal.

Meu interesse pela Magistratura começou muito cedo, mas a convicção de que seria minha vocação ocorreu um pouco mais tarde.

Nasci em Rincão, cidade pequena da região de Araraquara.



Em 1943 havia concluído a 4ª série do Grupo Escolar em Pitangueiras, com 10 anos de idade.

Não havia Ginásio na cidade. Meus pais achavam que precisava continuar estudando, mas consideravam temerária a saída para outra cidade com somente 11 anos.

Foi então que meu pai, José Sanches Martins, ferroviário da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, entrou em contacto com o Cartório do Coronel Ubaldo Guimarães Spínola onde poderia usar um método de aprendizagem de datilografia.

O Cartório era de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, com anexo de Inquérito Policial.

A partir de outubro de 1944, prestei pequenos serviços de datilografia ao Cartório e ao Advogado Dr. Clóvis Guimarães Spínola, filho do Coronel.

Alguns meses depois, passei a trabalhar no Cartório do 2º Ofício Judicial, do Bacharel Licínio Roberto de Almeida Duarte, onde passei a ter contactos com Juizes como o Dr. Júlio D'Eiboux Guimarães e Dr. Henrique Fagundes Neto, com Promotores Públicos, como o Dr. Oswaldo Espósito e o Dr. Lavínio de Abreu Galvão, com Advogados como o Dr. Clóvis Guimarães Spínola e Dr. Leônidas Campos, dentre outros.

Já na ocasião me despertara maior curiosidade a atuação do Juiz de Direito e seu papel relevante para a comunidade.

Mas em 1947, com 14 anos de idade, meus pais permitiram que eu estudasse em Araraquara, morando em pensões.

Concluindo o 4º ano do Ginásio em 1950, de volta para Pitangueiras, meu pai me avisou que o novo Juiz da Comarca estava precisando de serviços de datilografia.

Era o Dr. Valentim Alves da Silva. Passei, então, a datilografar fichas de jurisprudência dos Tribunais do País, inclusive do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Supremo Tribunal Federal.

Lia os acórdãos assinalados e me interessei muito pelos assuntos tratados e me convenci a partir daí, já entusiasmado, de que pretendia seguir a carreira de Juiz. A vocação despertara de vez aos 17 anos.

As fichas destinavam-se ao “Repositório de Jurisprudência do Código Penal”, depois editado, transformado em livro.

Meu pai me aconselhou a não cobrar do Dr. Valentim pelos serviços prestados, mas que lhe pedisse para conseguir algum emprego em São Paulo. Dr. Valentim não só pagou pelos serviços, como ainda escreveu 3 cartas, com essa solicitação, uma ao Dr. Júlio D'Eiboux Guimarães, que fora Juiz de Pitangueiras e, àquela altura era Titular de uma das Varas Criminais de São Paulo; a segunda para o Dr. Adriano Lopes Camargo, então Escrivão da Corregedoria-Geral da Justiça; e a terceira ao Deputado Carvalho Sobrinho.

Procurei o Dr. Júlio D'Eiboux Guimarães neste Palácio da Justiça, no 3º andar, onde estava a 4ª Vara Criminal, e o Dr. Adriano Lopes Camargo, cuja sala era no 5º andar, junto à Corregedoria-Geral da Justiça.

Ambos me disseram que precisaria obter antes o certificado do Serviço Militar.

Retornei, pois, a Araraquara onde cursei o 1º e o 2º anos do Curso Clássico.

Nesse entretempo consegui quitação do serviço militar, pois, tendo domicílio ainda com a família em Pitangueiras, fui dispensado de prestá-lo, por se tratar de Zona Rural.

Havia conservado, durante dois anos, a carta redigida pelo Dr. Valentim ao Deputado Carvalho Sobrinho.

E, em 1953, já com 20 anos de idade e quite com o serviço militar, procurei o Deputado à Rua Libero Badaró, em São Paulo, expliquei por que só mais de 2 anos depois estava lhe entregando o envelope.



Mas acrescentei que, dado o tempo decorrido, não sabia se a recomendação ainda valia, escrita mais de dois anos antes.

E o Deputado abriu o envelope, leu a carta e me disse: “partindo do Dr. Valentim, vale para sempre”.

Dr. Carvalho colocou-me provisoriamente como “boy” do 23º Tabelionato de Notas, de que era Titular, à Rua Libero Badaró, próximo ao Largo São Bento.

E lá, depois como Datilógrafo e, em seguida, como Escrevente, me preparei para o Vestibular para o Concurso de Ingresso na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco).

Ingressei em 1954 e concluí o curso de Bacharelado em 1958. No interregno trabalhei também no 24º Tabelionato, do Dr. José Cyrillo, à Rua Barão de Paranapiacaba, junto a esta Praça da Sé.

Depois, advoguei por 3 anos, na área cível, criminal e trabalhista, mas sempre estudando para o Concurso de Ingresso na Magistratura de São Paulo.

O Concurso ocorreu no segundo semestre de 1961.

A Banca Examinadora presidida pelo Decano do Tribunal de Justiça, Desembargador Alberto de Oliveira Lima e integrada pelos Desembargadores Alceu Cordeiro Fernandes e Euclides Custódio da Silveira e, como representante da O.A.B., o Professor Celso Neves.

Comigo foram aprovados Carlos Antonio Antonini, Amador da Cunha Bueno Netto, José Celso de Camargo Sampaio, Fernando Febeliano da Costa Neto, Renato Mônaco, Cornélio Vieira de Moraes Junior, Maurílio Gentil Leite, Paulo Lúcio Nogueira, Godofredo José Marques Mauro e Sinésio de Souza.

Nossa posse, em cerimônia singela, foi no Gabinete da Presidência, no dia 18/01/1962, sendo Presidente o Desembargador Sylos Cintra, presentes, ainda, o Vice-Presidente, Desembargador Victor Hugo Lacôrte e o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Euclides Custódio da Silveira.

Tratava-se do primeiro concurso em que se exigia dos candidatos exame psicotécnico e os aprovados se submetiam ao prazo mínimo de dois anos de estágio para eventual vitaliciamente.

Não sei, de memória, quais as circunscrições de cada um. Nem os degraus que percorreram.

De minha parte, fui nomeado para a circunscrição sediada em Santo André e integrada também pelas Comarcas de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Guarulhos.

Em 1964 designado Juiz Auxiliar de São Bernardo do Campo, função que acumulei entre 1964 e 1965 com a de Juiz de Direito de São Bento do Sapucaí (1ª entrância). Era titular o Juiz Dr. Horácio de Carvalho Junior. Nesse período residi com a família em São Bernardo do Campo.

No final de 1965, promovido para Guararapes, então 2ª entrância, lá permaneci até princípios de 1967, quando promovido para Itapeva (3ª entrância).

Cinco meses depois, promovido para o cargo de Juiz Substituto da Capital (4ª entrância), judiquei nas Varas Distritais, então recentes, e outras do Fórum Central, Cíveis, de Acidente do Trabalho, da Família, da Fazenda Pública, de Registros Públicos e Criminais (1967 a 1970).

Promovido em 1970 para a 1ª Vara Cível, nela permaneci até agosto de 1972, quando removido para o cargo de Juiz Substituto de 2ª Instância, substituindo nos Tribunais de Alçada Civil (1º e 2º), Criminal e Tribunal de Justiça, por mais tempo neste último.

A promoção a Juiz do Tribunal de Alçada Criminal ocorreu em abril de 1978. Lá permaneci por 4 meses. E fui removido para o 1º Tribunal de Alçada Civil.



A 17 de setembro de 1980 cheguei ao Tribunal de Justiça, como Desembargador, mais de 18 anos depois do início da carreira em janeiro de 1962.

Comigo também tomaram posse mais 14 colegas e amigos: Lauro de Souza Alves, Luiz Carlos Galvão Coelho, Manoel Alves dos Santos, Hélio de Quadros Arruda, Plínio Novaes de Andrade, Francisco Papaterra Limongi Neto, Silvio Lemmi, Arthur de Oliveira Costa, Jurandyr Nilson, Fábio Costa Carvalho Moretzsohn de Castro, Antonio Carlos Alves Braga, Carlos Alberto Ortiz e Joaquim Macedo Bittencourt Netto.

A posse coletiva foi no Plenário do Tribunal, presidida pelo Desembargador Young da Costa Manso. Fomos saudados pelo Desembargador Fernando de Albuquerque Prado, e, em nome dos Tribunais de Alçada Civil pelo Juiz Ney de Mello Almada, e do Tribunal de Alçada Criminal pelo Juiz Paulo Restiffe Neto.

Em nome do Ministério Público o então Procurador de Justiça Antonio Raphael da Silva Salvador e pela O.A.B., I.A.S.P. e A.A.S.P. o Advogado Raimundo Paschoal Barbosa.

Falou pelos empossados o mais novo na carreira: eu mesmo.

Permaneci no Tribunal de Justiça até agosto de 1984, nomeado que fui Ministro do Supremo Tribunal Federal e empossado no dia 31/08.

Quando assumi, era Presidente da Corte, Ministro Cordeiro Guerra, Vice-Presidente Ministro José Carlos Moreira Alves e também a integravam os Ministros Djaci Falcão, Soares Munhoz, Décio Miranda, Rafael Mayer, Neri da Silveira, Oscar Corrêa, Aldir Passarinho, Francisco Rezek (1ª vez), e Sydney Sanches. Entre 1986 e 1990, exerci a função de Ministro Substituto, de Efetivo, de Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Passando pela Vice-Presidência, atingi a Presidência do Supremo Tribunal, em maio de 1991 até maio de 1993.

No ano de 1992, como Presidente do Supremo Tribunal Federal, presidi, no Senado Federal, o processo de "impeachment" do Presidente da República Fernando Affonso Collor de Mello, que, durante a sessão de julgamento, renunciou ao mandato, mas sofreu a pena autônoma (não acessória) de interdição do exercício de qualquer função pública por oito anos.

Quando de minha posse na Presidência do S.T.F., era Vice-Presidente o Ministro Octávio Gallotti e o compunham ainda os Ministros Moreira Alves, Neri da Silveira, Célio Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Melo, Marco Aurélio, Carlos Velloso e Procurador Geral da República o Dr. Aristίδes Junqueira Alvarenga.

Permaneci no S.T.F. desde 31/08/1984 até 26/04/2003, quase 19 anos, quando completei a idade limite de 70 anos.

Somados os mais de 22 anos de judicatura em São Paulo com os quase 19 no Supremo Tribunal Federal, fui Magistrado por 41anos.

Dediquei-me, durante a judicatura em São Paulo, também ao Magistério (Cursos preparatórios para Concurso de Ingresso na Magistratura e no Ministério Público, e ainda nas Faculdades de Direito de Osasco e São Bernardo do Campo).

Os livros que escrevi aconteceram durante os Cursos de Especialização, de Mestrado e Doutorado.

E tive militância associativa na Associação Paulista de Magistrados (Vice-Presidente, 1980/1981) e na Associação dos Magistrados Brasileiros (Presidente eleito para os anos de 1982 e 1983 e reeleito para os anos de 1984 e 1985, mas em 1984 fui nomeado Ministro do S.T.F., razão pela qual renunciei ao segundo mandato).

Foram importantíssimos na minha vida o primeiro emprego em Pitangueiras e o primeiro emprego em São Paulo, sendo certo que durante os cursos ginásial e clássico em Araraquara trabalhei como datilógrafo em Escritório de Contabilidade, em empresa de comércio e indústria e até dando aulas para alunos do ginásio, que dependiam de





exames de segunda época.

Destaco que, na solenidade de minha posse no Tribunal de Alçada Criminal, fui recebido e conduzido à Mesa principal da solenidade pelos saudosos Juízes Lauro Malheiros, Valentim Alves da Silva (aquele, de Pitangueiras, cujas fichas de jurisprudência datilografei e se destinaram ao Repositório a que me referi, e que me arranhou o 1º emprego na Capital) e ainda Dagoberto Salles Cunha Camargo, ambos ex-Juízes de Pitangueiras.

Na solenidade de posse na Presidência do S.T.F., além da esposa, as quatro filhas e então duas netas, outros familiares, inúmeros colegas e amigos, Desembargadores e Juízes de São Paulo e de outros Estados, Presidentes e Diretores de Associações, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Governador Franco Montoro e o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Bruno Affonso de André, estiveram também o Dr. Valentim Alves da Silva (aquele do 1º emprego em São Paulo), o Dr. Felizardo Calil antigo Juiz de Santo André (este enviou ofício ao T.J.S.P., que possibilitou meu vitaliciamento) e o Dr. Horácio de Carvalho Jr., Juiz de São Bernardo do Campo, de quem fui Juiz-Auxiliar. Igualmente, já aposentado, na ocasião, o Desembargador Pedro Barbosa Pereira Filho (e sua esposa Marly), ele, antigo companheiro no início da carreira em Santo André como Juiz Substituto, que se prestou a comandar a Secretaria de meu Gabinete no S.T.F. e com sua humildade, sua competência, sua dignidade e sua amizade, até de atuar como meu assessor, durante os quase 19 anos na Corte.

Destaco que meu pai, o ferroviário José Sanches Martins, exemplo de dignidade e de responsabilidade, esteve presente nas minhas posses no Tribunal de Alçada Criminal, no Tribunal de Justiça, e nas de Ministro e de Presidente do S.T.F. No meu discurso de posse na Presidência, anunciei a presença desse ferroviário. Ele nesse momento levantou-se e foi muito aplaudido pelos presentes, inclusive os demais Ministros, dois dos quais vieram me falar de sua emoção naquele momento: Sepúlveda Pertence e Carlos Velloso.

Recentemente, ou seja, a 25 de setembro de 2015, mais de 12 anos depois de aposentado no S.T.F., estive no Fórum de Pitangueiras e doei ao Museu da Comarca, idealizado pelo Juiz Titular, Dr. Gustavo Müller Lorenzato, a toga que utilizei no S.T.F. e me fora entregue na solenidade de posse como Ministro, em 31 de agosto de 1984, em nome de Pitangueiras, pelo pitangueirense e amigo de infância Dêscio Dêsie; e mais a última máquina de datilógrafo, que usei nos últimos tempos de S.T.F., alguns volumes encadernados de acórdãos, que relatei, um volume da coleção “História Oral do S.T.F., da Fundação Getúlio Vargas”, precisamente o que contém apenas o meu depoimento de Magistrado. E, ainda, algumas fotos das solenidades de posse.

O mais importante, porém, de minha vida ocorreu em fevereiro de 1955, quando cursava o 2º ano da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Meu pai já era Chefe de Estação em Colina, próxima de Barretos e lá conheci a jovem normalista Eucides Paro Rodrigues por quem me apaixonei e com quem me casei no dia 17 de dezembro de 1960. Dela nasceram nossas filhas Cristina, Luciana, Renata e Márcia, bênçãos e orgulho de nossa vida.

Elas me trouxeram os nove netos.

De Cristina, minhas netas Carolina, Adriana e Isabela.

De Luciana, os netos Mateus e Lucas, filhos de Marcos Endo, meu genro, marido e pai exemplar, hoje colega e amigo.

De Renata, os netos Bruno, Gabriela e Camila.

E de Márcia, o neto Felipe.

São elas as filhas, as netas e os netos os amores que cultivarei para todo o sempre, sobretudo depois que Eucides, a mãe de minhas 4 filhas e avó de meus 9 netos, nos deixou a todos no dia 22 de agosto de 2006, há mais de 9 anos.



Ela contribuiu enormemente para a formação, o crescimento e a harmonia de todos, com seu trabalho de Professora, com seu exemplo e seu amor insuperáveis. E também com extremo zelo e competência na administração da casa.

E mais ainda, tornando possível minha carreira, inclusive morando em todas as Comarcas, e inteiramente feliz minha vida pessoal.

Reverencio sua memória com imenso carinho e imorredoura saudade.

Nas posses de Ministro e de Presidente estiveram presentes também minha querida irmã Vera Lúcia Sanches Torrecillas, nascida em Pitangueiras, e seu saudoso marido Victor Roberto de Macedo Torrecillas.

Minha mãe Henriqueta Zilioli Sanches falecera a 02.08.1970, quando eu ainda era Juiz de 1ª instância (1ª Vara Cível). Ela, a educação, a humildade, a religiosidade, a bondade e a doçura em pessoa.

Rubens Sanches, meu querido irmão, faleceu dias depois de minha posse na Presidência do S.T.F., em maio de 1991.

Os principais responsáveis pela sugestão de meu nome ao Presidente da República foram o Desembargador Bruno Affonso de André, então Presidente do T.J.S.P. e o Ministro Cordeiro Guerra, então Presidente do S.T.F.

A todas as pessoas aqui referidas e a muitas outras devo tudo que pude conquistar.

Posso dizer, em resumo, que na minha vida limitei-me a seguir os bons exemplos que encontrei em casa, no trabalho, na escola, na magistratura, enfim na vida particular e na vida pública.

Para tudo isso também trabalhei e estudei muito.

Mas o que mais me orgulha é que, na Magistratura, nunca tive atrito com Magistrados, Membros do Ministério, Advogados, Funcionários, Partes e Testemunhas.

Também assim no Magistério, com Diretores, Professores, Alunos e Servidores.

Igualmente no convívio com as Associações.

Enfim, na vida pública e na particular, não tive e não tenho inimigos, graças a Deus.

E hoje, viúvo, desfruto, nesta fase da minha vida, da frequente e agradabilíssima companhia de Elizabeth Torrecillas Sarraf, também viúva, ela que era irmã do saudoso Victor Roberto de Macedo Torrecillas, e, portanto, cunhada de minha irmã (Vera Lúcia Sanches Torrecillas) e viúva de meu saudoso amigo Celso Sarraf.

E já que falei em Deus, a Ele devo mais que tudo.

Às vésperas do Concurso de Ingresso na Magistratura, estive na Igreja da Sé, ajoelhado diante da imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

E por sua intercessão, pedi a Deus que me permitisse ser Juiz e eu lhe prometi ser um Juiz honesto, trabalhador, responsável e humano.

Foi com tanta fé que formulei o pedido, que Deus não só o permitiu como, em sua santa generosidade, exagerou um pouco.

Se é que um simples mortal pode dizer que até Deus às vezes exagera.

Mas, com todo o respeito, “data máxima vênia”, no meu caso exagerou. E eu me limitei a cumprir minha parte na promessa.

Enfim, muito obrigado a todos pelo comparecimento e atenção.

E se possível gostaria de cumprimentá-los pessoalmente.



Ao encerrar a solenidade, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador **José Renato Nalini**, externou a alegria em participar da homenagem e parabenizou o ministro. “Fui privilegiado com o pronunciamento desta verdadeira instituição, que é o ministro Sydney Sanches. Deus o colocou entre nós para mostrar que existem pessoas que servem de exemplo e o Tribunal de Justiça de São Paulo tem o imenso orgulho de ser a Magistratura que o senhor escolheu. Muito obrigado por aceitar essa homenagem, pois o senhor tem muito a transmitir a nós.”

Prestigiaram a cerimônia os desembargadores Artur Marques da Silva Filho (presidente da Seção de Direito Privado), Ricardo Mair Anafe (presidente da Seção de Direito Público), Antonio Carlos Mathias Coltro (presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo), Aloísio de Toledo César (secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania) e Mohamed Amaro (ouvidor do TJSP); o presidente da Associação Paulista de Magistrados, juiz Jayme Martins de Oliveira Neto; o procurador-geral do Estado, Elival da Silva Ramos; o presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro; o juiz assessor da Presidência, Ricardo Felício Scaff; os vereadores de Pitangueiras, Manoel José da Costa Filho (presidente da Câmara) e Marcelo Cezar Luciano Vieira; o diretor da Ordem dos Advogados do Brasil em Pitangueiras, Osmar Rissi; a filha do desembargador Walter Xavier Homrich, patrono do Fórum de Pitangueiras, Sonia Bonilha Homrich; as filhas do ministro, Cristina, Luciana, Renata e Márcia; os genros Marcos e Sérgio; os netos Adriana, Isabela, Camila, Mateus, Bruno, Lucas e Felipe; além de desembargadores, juízes, servidores e amigos.

